

A utilização do *shadow* e *silent report* como instrumentos de evidência das informações ambientais: O caso da barragem da Samarco S.A. em Mariana(MG).

Igor Teixeira de Sousa - Graduando em Ciências Contábeis – FACC/UFRJ

Aluno de Graduação da FACC/UFRJ

igoradm25@gmail.com

Alessandra de Lima Marques - Doutora em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (IE/UFRJ)

Profa de Graduação em Ciências Contábeis – FACC/UFRJ

alessandramarques@facc.ufrj.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a partir do ‘*shadow* e *silent reports*’ as informações socioambientais divulgadas pela Fundação Renova, sobre o rompimento da barragem de Mariana (MG). O relatório sombra (*shadow report*) e o relatório silencioso (*silent report*) são dois instrumentos sugeridos para a melhoria da divulgação das informações socioambientais e carregam a missão de identificar as diferenças entre o desempenho social e ambiental percebido pelo público e o desempenho que as corporações afirmam terem alcançado por meio de suas contas e relatórios publicamente divulgados. Neste estudo, de característica qualitativa e descritiva, foram coletados e analisados os seguintes dados para a construção dos relatórios sombra e silencioso: sobre os efeitos na qualidade da água e os impactos nas áreas de preservação permanente (APP). Quanto ao critério da recuperação das áreas de preservação permanente, as informações prestadas pela Fundação correspondem na maioria dos casos, ao que está sendo veiculado em canais externos, entretanto no que diz respeito ao critério hídrico, é imprescindível destacar a ausência de informação pela empresa, na medida em que não se encontrou nada relacionado sobre a contaminação das águas com metais.

Palavras-chave: Relatório Sombra; Relatório Silencioso; Evidenciação Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O dia 05 de novembro de 2015 ficou marcado na história brasileira, principalmente dos Estados de Minas Gerais e de Espírito Santo. Nessa data, ocorreu o maior desastre ambiental ocorrido no Brasil (AZEVEDO, 2016; BELCHIOR & PRIMO, 2016): o rompimento da barragem do Fundão da mineradora Samarco, controlada pela BHP Billiton Brasil Ltda e Vale S.A, situada no município de Mariana (MG). Os rejeitos da mineração de ferro formaram uma onda de lama (tsunami fluvial) atingindo uma altura de 5,5 m, afetando diretamente 663 km no rio Doce e seus afluentes, culminando com a morte de 17 pessoas, 2 desaparecidos e a devastação total do Distrito de Bento Rodrigues onde residiam 600 pessoas. Cerca de 34 milhões de m³ foram extravasados e estima-se que aproximadamente 80% desse material ficaram retidos ao longo de 110 km dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e seus afluentes, antes de atingir o rio Doce e chegando ao mar após 16 dias.

Em função de toda magnitude e alcance dos impactos decorrentes do rompimento da barragem, várias instituições se mobilizaram com diferentes propósitos para atuar e influenciar o processo, uma vez que não se tem estabelecido procedimentos normativos para situações de tragédias ambientais, não naturais, desse porte. Através de consulta ao sítio da Samarco, toma-se conhecimento que foi assinado, no dia 2 de março de 2016, um acordo entre ela, seus acionistas, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., os governos Federais, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de órgãos governamentais federais e estaduais, para reparação dos impactos sobre a população e o meio ambiente.

De acordo com o sítio da Renova (2016), fundação criada para ‘administrar’ os impactos causados pelo desastre, seus programas são baseados em duas principais frentes: remediação e compensação. A primeira consiste em restaurar e restabelecer as comunidades e recursos impactados pelo rompimento da barragem, enquanto a frente de compensação visa substituir ou compensar o que não é passível de remediação. Nesse sentido, a partir da divulgação dos programas a serem implementados, surgiu a ideia de se fazer a confrontação, se o que a empresa divulga, está correspondendo ao que é veiculado pelos diferentes meios de comunicação, sejam eles regionais como o Jornal Sirene ou nacionais, como o portal de notícias do UOL.

A relevância dessa pesquisa e, portanto, a justificativa para escolhê-la e elaborá-la está no sentido da escassez de pesquisas empíricas sobre os impactos da comunicação silenciosa e dos relatórios sombra, conforme explica DAI (2010). Também é importante o estudo em torno do acidente em Mariana (MG), por causa da amplitude dos impactos sociais, ambientais e econômicos, acarretados pelo rompimento da barragem, que vem sendo mostrado por jornais, institutos de pesquisa, universidades, órgãos públicos e organizações independentes. Esse trabalho pode contribuir na diversificação dos instrumentos de ‘*accountability*’ que as organizações públicas e privadas se utilizam para comunicar os efeitos de suas atividades.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral, fazer a uma análise das informações ambientais divulgadas pela Fundação Renova, no período de janeiro/2017 até maio/2018 e especificamente busca a aplicação de uma proposta adaptada do ‘*shadow e silent reports*’, utilizando-se a metodologia “corte-e-cola” conforme Hamling *et al.* (2006) e Moreira (2012).

As ferramentas do ‘*shadow e silent reports*’, segundo Dey (2003,2007), carregam a missão de identificar as diferenças entre o desempenho social e ambiental percebido pelo público e o desempenho que as corporações afirmam terem alcançado por meio de suas contas e relatórios publicamente divulgados. Portanto o ‘*shadow report*’, é construído a partir das informações publicadas pela própria organização, já no que tange o ‘*silent report*’, a sua construção se dá a partir de dados externos à organização.

O presente trabalho, então, está estruturado em cinco capítulos, além dessa parte introdutória, são abordados: o referencial teórico; a metodologia da pesquisa; as descrições e análises dos resultados; e as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Shadow e Silent Report*

Os relatórios sombra e silencioso configuram técnicas que a contabilidade utiliza para identificar diferenças entre o desempenho socioambiental observado pelos usuários interessados nas atividades da empresa (*shadow report*) e o desempenho que as empresas alegam ter alcançado por meio de suas demonstrações e relatórios divulgados publicamente (*silent report*). A sua construção, de acordo com Moreira (2012), é uma importante

ferramenta para a melhoria da divulgação de informações socioambientais por parte da Contabilidade e, além disso, segundo Dey (2003) a elaboração de tais relatórios possuem um custo/benefício favorável, em função de não necessitar de trabalhos dispendiosos para sua concepção.

O relatório silencioso representa de acordo com Moreira (2012), o relato e o discurso da entidade sobre suas atividades socioambientais declarados por ela, desta maneira tal documento é elaborado através da comparação entre o relatório socioambiental corporativo oficial e informações divulgadas pela própria entidade por outros canais de comunicação de domínio público, ou seja, ao contrário do relatório sombra, não se considera as informações externas divulgadas.

De acordo com Bebbington *et al*(2007) e Ruffing (2007), em tais documentos estão incluídas, as informações negativas e originadas da mídia e de outros meios de comunicação (outras fontes externas) e tentam representar uma força alternativa para desafiar as corporações que divulgam por meio de seus relatórios socioambientais, muitas vezes, dados seletivamente elaborados com “boas notícias” sobre a sua relação com o meio ambiente e a sociedade. Ainda segundo Collison *et al* (2010), ambos os relatórios podem trazer novas perspectivas sobre os impactos sociais e ambientais de uma organização e revelar contradições entre o que eles escolhem relatar e o que eles escolhem omitir ou suprimir.

Zikri (2009) aplicou a proposta do relatório sombra e silencioso para a empresa Freeport – McMoran Copper & Gold Inc., empresa do ramo de mineração e exploração de ouro, cobre e molibdênio. O estudo da autora se concentrou sobre a filial da empresa em Papua, na Indonésia, por conta dos danos ambientais ocasionados pela entidade e denunciados pela sociedade. A autora chegou à conclusão de que o sistema de gestão ambiental da empresa não evita a ocorrência dos impactos ambientais. A Freeport declarou que, pelo sistema de gerenciamento de rejeitos, o local pode ser recuperado com vegetação natural ou usado para cultivo. Entretanto, Zikri (2009) percebeu que na realidade alguns rios estão contaminados com poluentes químicos.

A construção do relatório sombra, conforme Zikri (2009) se dá por meio de informações externas e independentes do controle da empresa; elaborado por meio de fontes diversas e diferentes canais de comunicação, como: relatórios, reportagens, informações de sítios e etc. Trata-se, portanto, de informações não publicadas pela empresa, direcionadas ao público interessado em seus relatórios. Complementa-se tal ideia, com o que foi dito por Siqueira, Costa e Baumworcel (2011), que definiram que nos relatórios sombra há uma prestação de contas que muda de uma perspectiva antes centrada na organização, e passa a ser mais independente e com uma abordagem voltada aos anseios das partes interessadas.

Dai (2010) buscou verificar os impactos do relatório sombra e relatório silencioso sobre os relatórios socioambientais de algumas organizações. Os impactos de ambos os relatórios foram investigados de acordo com a existência, natureza e eficácia dos impactos, respectivamente. Para tanto, o autor valeu-se de relatórios sombras criadas por o que ele chamou de dois sites. O Site um foi o relatório sombra criado pela ONG Save Happy Valley Coalition (SHVC) para a empresa Solid Energy New Zealand Ltd (Solid Energy). O Site dois, composto por relatórios sombra promovidos pelas ONGs Action on Smoking, Health (ASH), Friends of the Earth (FoE) e Christian Aid sobre a segunda maior empresa de tabaco do mundo, a British American Tobacco (BAT). O autor conclui que o relatório sombra tem a capacidade de realizar mudanças nos relatórios socioambientais corporativos. Quanto ao site um, o autor mostrou que quatro das sete questões estudadas apresentaram um razoável progresso imediato e contínuo nos relatórios corporativos pós relatório sombra. Já no site

dois, quatro das cinco questões levantadas pelo relatório sombra alcançaram fortes respostas logo no relatório posterior da BAT.

O surgimento dos relatórios sombra e silencioso deve-se ao potencial emancipatório e seus efeitos educativos sobre a qualidade dos reportes socioambientais corporativos que ambos proporcionam (Dai, 2010). O fato de as informações utilizadas em ambos os relatórios já se encontrarem disponíveis em fontes públicas torna sua construção uma atividade econômica por parte da Contabilidade.

Através da pesquisa sobre o assunto dos relatórios sombra e silencioso, apresentam grande destaque, 2 pesquisas no contexto nacional, que abordaram a temática que foi escolhida para o desenvolvimento desse estudo:

Quadro 1: Exemplos da forma de elaboração dos relatórios sombra e silencioso

Autor, Ano	Shadow Report	Silent Report
Santos et.al (2016)	Buscaram-se notícias sobre processos de caráter social ou ambiental movidos pelo Ministério Público do Estado do Pará contra a Norte Energia S.A.	Buscou-se nas Demonstrações Financeiras da Norte Energia S.A., principalmente em seu Balanço Social.
Ferreira et.al (2016)	Buscaram-se notícias sobre efeitos das atividades empresariais das empresas do sistema ELETROBRAS de caráter social ou ambiental.	Buscou-se nas Demonstrações Financeiras das empresas do sistema ELETROBRAS, principalmente em seu Balanço Social.

FONTE: Elaboração Própria

Conforme explica Gray, *apud* Dey (2003) o método de elaboração dos relatórios sombra e silencioso está em construção, assim, a partir das experiências de alguns autores que trabalharam na construção desses relatórios, podem-se extrair algumas significativas contribuições. Por exemplo, Hamling *et al.* (2006), com o intuito de reduzir a possibilidade da inclusão de vieses dos pesquisadores influenciando a elaboração do relatório silencioso, adotaram o processo de “cortar-e-colar” dos relatórios públicos divulgados pela empresa pesquisada. Em relação ao método aplicado ao relatório sombra, por sua própria natureza suscetível a subjetividade e influência editorial, que possibilita distorcer a finalidade desse relatório, provocando prejuízos aos objetivos e resultados pretendidos. Os autores, nesse sentido empreenderam esforços para diversificar as fontes de coleta de dados e pulverizar o rol de captura das informações no intuito de assegurar alguma imparcialidade ao conteúdo do relatório sombra (HAMLING *et al.*, 2006). Por fim, faz-se necessário enfatizar, mesmo antes já tratado no texto, que ainda não existe uma metodologia consolidada, embora se reconheça esforços empreendidos nesse sentido, que represente a consolidação das técnicas em uso dos relatórios sombra e silêncio. Pode-se dizer que a estrutura básica de construção dos relatórios sombra e silencioso deveria ser semelhante, com a harmonização de títulos e seções que preferencialmente correspondessem aos anseios das partes interessadas (DEY, 2003).

Os resultados do estudo de Beck, Campbell e Shivres (2010) indicam uma relativa escassez de detalhamento técnico na evidenciação ambiental em empresas pesquisadas na Alemanha e no Reino Unido. Daí (2010) sugere a necessidade de estudos que indiquem o alinhamento ou não dos relatórios existentes frente às necessidades e exigências informacionais dos stakeholders indicando o nível de aceitabilidade dessa comunicação ambiental pelos usuários finais.

Moreira (2015), averiguou se a construção dos relatórios sombra e silencioso podem contribuir na melhoria da qualidade informacional dos reportes de desempenho socioambiental corporativo. Para atingir esse objetivo foram preparados os relatórios sombra e silencioso das empresas do sistema ELETROBRAS e posteriormente confrontados. Descobriu-se que raras foram as vezes em que se identificaram descrições de impactos

socioambientais negativos nos relatórios e notícias divulgadas pelas companhias; que o volume de notícias publicadas nos sítios corporativos não é tão expressivo conforme aponta outras pesquisas e que as empresas participantes não apresentaram, ao longo dos anos investigados, regularidade tanto na divulgação de relatórios socioambientais quanto no padrão existente entre eles; entre outros achados elencáveis. Por fim, concluiu-se que os relatórios sombra e silencioso podem constituir instrumentos de melhoria da qualidade informacional nos reportes de desempenho socioambiental corporativo.

A pesquisa de Santos (2016), buscou analisar a partir do shadow e silent reports as informações socioambientais divulgadas pela empresa Norte Energia S.A. sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Volta Grande do Xingu. Neste estudo, foram coletados e analisados os seguintes dados para a construção dos relatórios: o tratamento das contingências socioambientais; a mitigação dos impactos ambientais – o impacto na ictiofauna (peixes) da Volta Grande do Xingu; crescimento populacional do município de Altamira. Constatou-se que houve um tratamento dentro da realidade por parte da Norte Energia S.A., e que as normas brasileiras de contabilidade foram obedecidas quanto ao tratamento das contingências. Há um caráter experimental a respeito dos projetos de mitigação dos impactos ambientais ocasionados na ictiofauna da região. Identificou-se também uma divergência significativa entre o relatório sombra e o relatório silencioso em relação ao crescimento populacional do município de Altamira.

De acordo com Ruffing(2007), ao se considerar as características de materialidade, consistência, integridade e responsabilidade na construção da informação contábil, apesar das empresas estarem se empenhando a produzir e divulgar evidência ambiental de suas atividades, elas não tem conseguido atender a todos os seus stakeholders, em função de que segundo Dey(2003), os relatórios elaborados negligenciam as chamadas contas silenciosas (*silent report*) e de sombra (*shadow report*).

2.2 O Acidente e a Renova

O maior desastre socioambiental do país, também fez um povoado inteiro desaparecer, 19 vítimas fatais, 14 trabalhadores terceirizados a serviço da Samarco e 8 moradores da região e deixou mais de 600 famílias desabrigadas, representadas por trabalhadores da Samarco e de terceirizadas, agricultores familiares e camponeses, pescadores artesanais, faiscadores, comunidades tradicionais, o povo indígena Krenak, trabalhadores e artesãos envolvidos com o turismo regional, entre outros. Essas famílias se viram obrigadas a abandonar suas moradias em Barra Longa, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, distritos de Mariana. O prejuízo não pode ser resumido apenas em perdas materiais. Essas pessoas perderam seus laços culturais, sua noção de vizinhança, o pertencimento a uma história e a um ambiente que moldou seu modo de viver. Perderam seus bens, trabalhos, registros, documentos e as recordações acumuladas no curso de suas vidas. Passaram a viver em condições provisórias e precárias, a elas impostas, afastadas de seu ambiente sociocultural e das condições necessárias para a sua reprodução social. Subtraídas em sua autonomia, vivem sob um sofrimento social imputado pela dependência em relação a empresas e às instituições (FIOCRUZ, 2016).

A destruição foi de tal tamanho que devastou um número imenso de casas e deixou centenas de famílias desabrigadas, além de fazer vítimas mortais. Nem todos os danos são passíveis de mensurar, mas, sem dúvidas, causou impactos violentos não previstos e irreparáveis, pelo menos em curto prazo. É importante lembrar que os casos de rompimentos de barragens, em Minas Gerais, vêm acontecendo nos últimos 15 anos:

As informações divulgadas pela mídia dizem que a lama é composta de água, areia, ferro, resíduos de alumínio, manganês, cromo além das suspeitas de presença de mercúrio. Essas

substâncias causam danos à saúde humana, pioram a qualidade da água dos mananciais atingidos; destroem matas ciliares e pesqueiros essenciais à pesca artesanal; asfixiam espécies aquáticas e eliminam microrganismos do fundo do rio; comprometem faixas de terras nas margens (soterradas por material inerte). A recuperação da biodiversidade pode levar décadas, o assoreamento pode ser irreversível em muitos trechos do leito do Doce, assim como a extinção de espécies típicas do rio pode ser irreversível, como nos diz Ricardo Coelho, ecólogo (UFMG).

Vale ressaltar que, em agosto de 2016, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2016) informou que as todas as licenças ambientais do Complexo Germano foram suspensas. O juiz responsável pela decisão reconheceu a importância do funcionamento da mineradora para a localidade, mas isso não justificava a retomada de atividades, com riscos de novas tragédias, já que ela pretendia voltar a operar com as mesmas licenças ambientais obtidas antes do rompimento, mesmo não possuindo eficácia. O IBAMA aplicou a sétima multa, no valor de 1 milhão de reais, pois, apesar de cumprir os prazos estabelecidos, a mineradora não mostrou soluções para algumas situações, como, por exemplo, a lama, retirada em apenas 10% em um ano, ou seja, o restante continua espalhado pelas ruas e às margens dos rios. Dessa forma, a Samarco pediu novo prazo para a retirada da lama, no entanto, o pedido foi recusado.

Em Dezembro de 2015, o mês seguinte ao acontecimento do rompimento da barragem do fundão (MG), diversos órgãos públicos da União e dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, propuseram uma ação civil pública (ACP), contra a Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton LTDA., que pediam a condenação da Samarco e de seus acionistas ao **pagamento de 20,2 bilhões**, a serem desembolsados num período de 10 anos, para custear medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias e além disso solicitavam que cautelarmente, a Samarco adotasse uma série de medidas emergenciais, para impedir o agravamento dos danos causados, **sob pena de multa diária de R\$100.000,00 para cada obrigação não cumprida**.

O IBAMA (2015) efetuou o cálculo da área atingida pela lama proveniente do rompimento da barragem em 05/11/2015, concluindo que a área atingida por trecho, excluindo os corpos hídricos resulta em aproximadamente 14,69 hectares, o que equivale a **14 milhões de metros quadrados** atingidos pela lama, passando pelo Córrego Santarém, Rio Gualaxo do Norte e Rio do Carmo. Ao assumir a execução e gestão dos programas de recuperação e reparação socioeconômica e socioambiental previstos no TTAC, a Fundação Renova passou a se relacionar com as localidades nas quais a Samarco esteve atuante desde o rompimento da barragem. Na frente ambiental, as áreas são divididas entre os municípios banhados pelo rio Doce e os trechos impactados dos rios Gualaxo do Norte e do Carmo; e as áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce, bem como regiões estuarinas, costeiras e marinhas nos arredores da foz do rio Doce, no litoral capixaba.

Quanto ao que se denomina Área de Abrangência Socioeconômica, o escopo de atuação compreende localidades e comunidades adjacentes à calha do rio Doce e demais corpos hídricos impactados, em uma área com cerca de 40 municípios, em Minas Gerais e no Espírito Santo.

A Fundação Renova é uma instituição de direito privado e sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte (MG). Sua criação foi prevista no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC). Ela foi criada no intuito de gerir os programas previstos no termo e seu campo de atuação. A Fundação é dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional e por último a Renova tem duração por tempo indeterminado, e será extinta quando do encerramento das suas atividades previstas no Termo de Transação e de

Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Curador (ou seja, ao menos 5 (cinco) dentre os 7 (sete) membros.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo se caracteriza como predominantemente descritivo quanto aos objetivos. Já em termos de procedimentos adotados, ele é caracterizado como documental, e baseia-se nas reportagens de fontes de informações externas, relatórios e documentos divulgados pela empresa. Em relação ao modo de abordagem da situação-problema, a pesquisa é qualitativa, pois requer a compreensão da natureza de um fenômeno social (Raupp e Beuren, 2003).

A pesquisa descritiva realiza o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (Barros e Leheld, 2007). Segundo Michel (2009) a análise documental consiste na consulta a documentos, registros pertencentes ou não ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coletar informações úteis para o entendimento e análise do problema. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, preocupando-se então, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Foi escolhido como objeto de pesquisa a Fundação Renova, uma instituição criada pelas acionistas da Samarco, a Vale S.A e a BHP Billiton, com o propósito, de reparar os danos causados pelo rompimento da barragem do fundão, em Mariana (MG). As consequências tão amplas e numerosas foram os fatores motivadores para a elaboração e o desenvolvimento desse trabalho. O estudo, restringiu-se ao corte temporal de janeiro/2017 até maio/2018. O levantamento de dados ocorreu via internet pela facilidade de acesso aos dados e baixo custo para divulgação das informações de natureza socioambiental, tanto para a construção do ‘*shadow report*’ quanto para o ‘*silent report*’.

Vale ressaltar que, ao se elaborar os relatórios sombra e silencioso da Fundação Renova, primeiro construiu-se o relatório sombra com origem em informações que, a priori, refletem os interesses dos stakeholders no cunho das informações socioambientais. Assim, manteve-se o propósito de fornecer informações de acordo com os anseios dos principais interessados por tais informações. Caso contrário, ter-se-ia o risco de a pesquisa não dispor do senso crítico necessário, dado que o relatório silencioso poderia estar repleto de informações que não ditam os principais interesses dos stakeholders, principalmente aqueles com menor poder de influência (Hamling et al., 2006; Moreira, 2012).

Para a compilação do relatório sombra procurou-se usar o maior número de informações possíveis de terceiros, tanto de fontes de abrangência nacional quanto de abrangência regional e local, a partir de canais de órgãos públicos e empresas privadas de informação a fim de se manter uma maior imparcialidade (Dey, 2003; Moreira, 2012). Para a construção do relatório sombra foram selecionados os seguintes canais de informações tanto de abrangência nacional quanto regional:

QUADRO 2 - Relação dos canais de comunicação utilizados

CLASSIFICAÇÃO	SÍTIOS
Jornais de abrangência nacional	https://www.folha.uol.com.br/
Jornais de abrangência nacional	https://www.estadao.com.br/
Jornais de abrangência nacional	https://www.veja.abri.com.br/
Jornais de abrangência nacional	https://www.oglobo.globo.com
Jornais de abrangência regional	https://www.cartacapital.com.br/
Jornais de abrangência regional	https://www.ebc.org.br/

Jornais de abrangência regional	https://www.folhavitória.com.br/
Jornais de abrangência regional	https://www.em.com.br/
ONG's	https://www.sosma.org.br/
Agências reguladoras e Órgãos Estaduais	https://www.ibama.gov.br/
Agências reguladoras e Órgãos Estaduais	https://www.capes.gov.br
Agências reguladoras e Órgãos Estaduais	https://www.mpf.mp.br/

FONTE: Elaboração Própria

A busca de informações, nos sites indicados no quadro acima, se limitou no uso das terminologias “Samarco”, “Barragem do Fundão” e “Mariana”, no sistema interno de cada sítio consultado. Para a pesquisa, foi feito o uso do sinal gráfico de aspas nos termos para que nos resultados apresentassem no texto a citação da referida expressão (Moreira, 2012). Após a busca foi feita, aconteceu a leitura de cada notícia que incluísse os termos pesquisados e dentre elas selecionaram-se as de cunho socioambiental relacionadas com a empresa Samarco Mineração S.A.

QUADRO 3 – Descrição das variáveis do estudo e das fontes pesquisadas

RELATÓRIO	VARIÁVEIS/CRITÉRIOS	SÍTIOS
Shadow Report	Água: Buscaram-se notícias em canais de terceiros que remetesse a qualidade da água, em torno do Rio Doce.	https://www.sosma.org.br/ https://www.ibama.gov.br/ https://www.veja.abril.com.br
	Áreas de preservação permanente: Foi efetuada uma pesquisa, buscando informações externas sobre a recuperação de áreas de preservação, ao longo do Rio Doce.	https://www.cartacapital.com.br https://www.folha.uol.com.br https://www.capes.gov.br https://www.epocanegocios.com.br
Silent Report	Água: Buscaram-se notícias no sítio da própria empresa, que remetesse a qualidade da água, em torno do Rio Doce.	https://www.fundacaorenova.org.br/
	Áreas de preservação permanente: Foi efetuada uma pesquisa, buscando informações internas sobre a recuperação de áreas de preservação, ao longo do Rio Doce.	https://www.fundacaorenova.org.br/

FONTE: Elaboração Própria

Posteriormente, foram selecionadas as seguintes informações socioambientais: os efeitos sobre a qualidade da água e os impactos sobre as áreas de preservação permanente (APP) todas decorrentes do acidente de Mariana (MG). Ainda é importante ressaltar, que na escolha das variáveis, se considerou o documento intitulado de “Laudo Técnico Preliminar”, desenvolvido pelo IBAMA, que mapeou os impactos, dividindo-os em: fauna, qualidade da água, área de preservação permanente e economia. A partir das informações do relatório sombra foi construído o relatório silencioso, utilizando a metodologia de “corta-e-cola” aplicada por Hamling et al. (2006) e Moreira (2012), para reduzir possível viés provocado pela influência dos autores na construção do devido relatório.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Qualidade da água

O relatório sombra apresentado a seguir, é relacionado ao critério da “Qualidade da água”. Foram utilizadas as informações dos sítios da “SOS Mata Atlântica”, do “IBAMA” e da “Veja abril”.

Quadro 4: Shadow Report da qualidade da água

Texto	Fonte
-------	-------

<p>A qualidade da água de rios que compõem a bacia do rio Doce piorou dois anos após a maior tragédia ambiental do país, ocorrida com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Expedição realizada pela Fundação SOS Mata Atlântica, entre os dias 11 e 20 de outubro, revela que a qualidade da água está ruim ou péssima em 88,9% dos 18 pontos de coleta analisados e que apenas dois pontos apresentam qualidade regular (11,1%). A água do rio Doce continua fora dos padrões legais para um rio de classe 2 e apresenta concentrações elevadas de sólidos em suspensão e metais pesados, como manganês, cobre, alumínio e ferro, em diferentes trechos monitorados ao longo da expedição. Apenas dois pontos de coleta, localizados em Perpétuo Socorro e Governador Valadares, ambos no rio Doce, não apresentam índices de cobre na água. Nos outros 16 pontos monitorados, a concentração desse metal está acima do permitido.</p>	<p>https://www.sosma.org.br 07/11/2017</p>
<p>O PMQOS(Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos) terá a mais completa rede de monitoramento sistemático de qualidade de água e sedimentos do país. Até o momento, foram instalados pela Fundação Renova, representante das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, 56 pontos de monitoramento ao longo da bacia do rio Doce, entre a barragem de Fundão, no município de Bento Rodrigues, e a foz, em Regência (ES). São 36 pontos em Minas Gerais e 21 no Espírito Santo. O início da operação está previsto para agosto. Os custos são de responsabilidade da Fundação Renova: R\$ 4,4 milhões para a instalação e R\$ 2 milhões anuais para operação e manutenção.</p>	<p>https://www.ibama.gov.br 24/07/2017</p>
<p>Além do Rio Doce, a tragédia de Mariana também pode ter contaminado as águas subterrâneas da região com altos níveis de metais pesados. Uma pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Greenpeace, publicada em março deste ano, revelou que a água dos poços artesianos locais apresentou níveis de manganês e ferro acima do permitido pelo governo brasileiro. De acordo com o estudo, o aquífero provavelmente foi afetado pelo rompimento da Barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, em 5 de novembro de 2015, considerado a maior tragédia ambiental do país. Os dados são alarmantes já que, como os pequenos agricultores da região não têm outra fonte de água tanto para consumo próprio, como para a irrigação da plantação, eles correm alto risco de contaminação que pode causar, no caso do manganês, problemas neurológicos, semelhantes ao mal de Parkinson, e, dano nos rins, fígado e o sistema digestivo, no caso do ferro.</p>	<p>https://www.veja.abril.com.br 17/04/2017</p>

FONTE: Elaboração Própria

Enquanto para o relatório silencioso, fez-se a utilização de dados obtidos através do sítio da Fundação Renova, em seu canal de relacionamento e em seus relatórios financeiros, notícias, notas ou algum tipo de evidenciação, a seguir é apresentado o relatório que foi construído, com relação ao critério da “Qualidade da água”.

Com relação a análise dos relatórios sobre o critério da “Qualidade da água”, verificou-se que a Fundação Renova prestou informações acabou publicando que de acordo com o último relatório do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), divulgado em setembro, a turbidez no Rio Doce se mantém abaixo do limite legal e nenhuma das amostras conduzidas pelo IGAM, mesmo imediatamente após a passagem da pluma de rejeitos, resultaram em concentração tão elevadas de metais e outras substâncias como recentemente relatado na mídia, o que contraria os resultados de uma expedição realizada pela Fundação SOS Mata Atlântica, entre os dias 11 e 20 de outubro, revela que a qualidade da água está ruim ou péssima em 88,9% dos 18 pontos de coleta analisados e que apenas dois pontos apresentam qualidade regular (11,1%). A água do rio Doce continua fora dos padrões legais para um rio de classe 2 e apresenta concentrações elevadas de sólidos em suspensão e metais pesados, como manganês, cobre, alumínio e ferro, em diferentes trechos monitorados ao longo da expedição.

Quadro 5: Silent report da qualidade da água

Texto	Fonte
-------	-------

<p>De acordo com o último relatório do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), divulgado em setembro, a turbidez no Rio Doce se mantém abaixo do limite legal, na maioria das estações de coleta de dados. Nenhuma das amostras conduzidas pelo IGAM, mesmo imediatamente após a passagem da pluma de rejeitos, resultaram em concentração tão elevadas de metais e outras substâncias como recentemente relatado na mídia. Segundo atesta a ANA, a água da bacia do Rio Doce pode ser consumida pela população, após tratamento e distribuição pelas prefeituras ou concessionárias.</p>	<p>https://www.renova.org.br 10/11/2017 Categoria “Renova Esclarece”</p>
<p>Um novo programa de monitoramento da qualidade da água do Rio Doce, que acabou de entrar em operação, transforma essa bacia na mais monitorada do Brasil. São 22 estações automáticas que fazem análises em tempo real. As estações são parte do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS) de água e sedimentos, desenvolvido conjuntamente pela Fundação Renova, órgãos ambientais e agências de água e terá duração de 10 anos. Todos os resultados medidos por essas 22 estações serão transmitidos on-line para o poder público para formar uma rede de informação e alerta. O trabalho também conta com monitoramento manual: são 56 pontos ao longo da bacia do Rio Doce – desde os diques das barragens em Mariana, em Minas Gerais, até a foz do Rio Doce, em Linhares, no Espírito Santo –, e 36 pontos no litoral – em áreas estuarinas e do litoral Sul do Espírito Santo até o Sul da Bahia.</p>	<p>https://www.renova.org.br/ 03/08/2017 Categoria “<u>Press Releases</u>”</p>

FONTE: Elaboração Própria

No que tange o critério da água, é importante mencionar que a Fundação publicou em seu sítio a informação sobre o PMQQS (Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos), indicado que o Rio Doce terá a mais completa rede de monitoramento sistemático de qualidade de água e sedimentos do país. Até o momento, foram instalados pela Fundação Renova, representante das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, 56 pontos de monitoramento ao longo bacia do rio Doce, entre a barragem de Fundão, no município de Bento Rodrigues, e a foz, em Regência (ES). São 36 pontos em Minas Gerais e 21 no Espírito Santo, o que corresponde ao noticiado pelo portal do IBAMA, que ainda veiculou a informação de que o início da operação está previsto para agosto e os custos são de responsabilidade da Fundação Renova: R\$ 4,4 milhões para a instalação e R\$ 2 milhões anuais para operação e manutenção.

Ainda no que diz respeito ao critério hídrico, é imprescindível destacar a ausência de informação pela empresa, na medida em que não se encontrou nada relacionado sobre a contaminação das águas com metais, no sítio da Fundação. Foi veiculado pelo portal da “Veja Abril”, uma pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Greenpeace, publicada em março deste ano, revelou que a água dos poços artesianos locais apresentou níveis de manganês e ferro acima do permitido pelo governo brasileiro. De acordo com o estudo, o aquífero provavelmente foi afetado pelo rompimento da Barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, considerado a maior tragédia ambiental do país. Os dados são alarmantes já que, como os pequenos agricultores da região não têm outra fonte de água tanto para consumo próprio, como para a irrigação da plantação, eles correm alto risco de contaminação que pode causar, no caso do manganês, problemas neurológicos, semelhantes ao mal de Parkinson, e, dano nos rins, fígado e o sistema digestivo, no caso do ferro.

4.2 Recuperação das áreas de Preservação Permanente

A seguir, é apresentado o relatório sombra relacionado ao critério da “Recuperação das APP’s”. Nele foram utilizadas as informações dos sítios da “CartaCapital”, da “Capes”, da “Época Negócios” e da “Uol”.

Quadro 6: Shadow Report da recuperação das áreas de preservação permanente (APP’s)

IX Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2018
24 a 26 de outubro de 2018 - Rio de Janeiro, RJ

Texto	Fonte
Um passo importante para a recuperação do Rio Doce acaba de ser concluído. A proteção de 511 nascentes de afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, foi realizada por meio de uma parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Terra. Ao todo, a Fundação Renova promoverá a recuperação de 5 mil nascentes na região ao longo de dez anos. Das 511 primeiras nascentes recuperadas, 251 estão em MG e 260 no ES. O trabalho contempla as bacias dos rios Pancas, envolvendo os municípios de Pancas, Governador Lindenberg, Marilândia e Colatina; e Santa Maria do Doce, em Colatina, no Espírito Santo.	https://www.cartacapital.com.br 16/03/2017
Relatório do Ibama divulgado nesta quinta-feira (26) aponta que, até o mês de agosto, 20 dos 109 afluentes do rio Doce vistoriados ainda recebiam lama de rejeitos minerais vinda do rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco, que aconteceu em 5 de novembro de 2015. Essa lama pode poluir a água. Nesses 20 afluentes, foram verificados processos erosivos que carregam o rejeito para dentro dos rios -ou seja, a lama não foi contida ou retirada das margens por ações emergenciais mesmo após dois anos do rompimento. A inspeção foi realizada entre os dias 21 e 30 de agosto deste ano. Foram analisados 109 afluentes na área mais danificada pela passagem da lama, nos 100 km entre Mariana (MG) e a usina hidrelétrica de candonga, que conteve a maior parte dos rejeitos.	https://www.folha.uol.com.br 26/10/2017
Uma equipe de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (UFV) tem recuperado as áreas de cultivo degradadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), sem retirar os rejeitos. O projeto é um dos 16 contemplados pelo edital da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) voltado a propostas de recuperação da bacia hidrográfica do rio Doce nas áreas afetadas pelo desastre ocorrido há mais de um ano. Cerca de 30 hectares entre os municípios de Barra Longa e Rio Doce, em Minas Gerais, já foram recuperados e apresentam resultados positivos para produção agrícola por meio de técnicas de correção de solo. São utilizados métodos de cobertura com materiais agrícolas, aliados à correção do solo com adubação ou calcário. Outros 90 hectares estão em tratamento ou pesquisa. A expectativa é levar as técnicas desenvolvidas para os locais de cultivo ao longo da bacia. São cerca de 500 hectares com potencial de serem recuperados.	https://capes.gov.br 18/04/2017
A Fundação Renova, criada para reparar danos causados pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco, finalizou nesta segunda-feira o plano de manejo do rejeito que foi depositado na Bacia do Rio Doce, um programa que terá como objetivo minimizar o impacto do desastre. O plano, criado após três workshops e com a participação de 80 especialistas, de 30 instituições, incluindo academia, órgãos ambientais e consultorias, traça as diretrizes principais para o manejo dos rejeitos resultantes do desastre.	https://epocanegocios.globo.com 13/03/2017

FONTE: Elaboração Própria

Enquanto para o relatório silencioso, fez-se a utilização de dados obtidos através do sítio da Fundação Renova, em seu canal de relacionamento e em seus relatórios financeiros, notícias, notas ou algum tipo de evidenciação, a seguir é apresentado o relatório que foi construído, com relação ao critério da “Recuperação das áreas de preservação permanente”:
Quadro 7: Silent report da recuperação das áreas de preservação permanente (APP’s)

Texto	Fonte
Um passo importante para a recuperação do Rio Doce acaba de ser concluído. Ao todo, 511 nascentes de afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, foram recuperadas. O trabalho foi realizado por meio de uma parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Terra. A expectativa é recuperar cinco mil nascentes ao longo de 10 anos. Das 511 primeiras nascentes recuperadas, 251 estão em Minas Gerais e 260 no Espírito Santo. O trabalho contempla as bacias dos rios Pancas, envolvendo os municípios de Pancas, Governador Lindenberg, Marilândia e Colatina; e Santa Maria do Doce, em Colatina, no Espírito Santo.	https://www.renova.org.br/ 21/03/2017 Categoria “Recuperação de Nascentes e Efluentes”

IX Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2018
24 a 26 de outubro de 2018 - Rio de Janeiro, RJ

<p>Altos níveis contaminantes foram encontrados na água do rio doce em medições feitas, logo após o rompimento da barragem. Essas alterações estavam relacionadas a substâncias acumuladas no fundo e nas margens dos rios por onde a onda de lama passou, e que se depositaram ali ao longo de séculos de práticas ambientais inadequadas. No começo de 2016, os níveis de contaminantes voltaram a situação anterior ao rompimento da barragem, como mostra o relatório de março/2017 do IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas), que há 20 anos monitora a região do rio Doce.</p>	<p>https://www.renova.org.br/ abril/2017 Categoria “Manejo de Rejeitos”</p>
<p>Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV) irão auxiliar a Fundação Renova na definição das áreas prioritárias para as ações de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs). O programa tem o objetivo de recuperar, em 10 anos, 40 mil hectares de APPs e áreas de recarga hídrica ao longo da bacia do Rio Doce. A partir de agora, 24 acadêmicos das duas instituições, incluindo professores e estudantes de mestrado e doutorado, vão auxiliar a Renova na definição dos critérios que irão nortear a escolha das áreas que serão priorizadas no plantio direto de 10 mil hectares e na recuperação de 30 mil hectares, através da condução da regeneração natural.</p>	<p>https://www.renova.org.br/ 10/04/2018 Categoria “Recuperação Florestal”</p>
<p>As primeiras estratégias que serão usadas no manejo do rejeito depositado na Bacia do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão foram concluídas na tarde de hoje. Métodos como a divisão da bacia em trechos escalonados por impacto, consolidação de técnicas viáveis de remoção de materiais e procedimentos de recuperação das áreas impactadas são alguns dos resultados obtidos no workshop promovido pela Fundação Renova, cuja terceira e última etapa foi finalizada nesta segunda-feira (13/3).A bacia do Rio Doce foi dividida em 14 trechos, tendo em conta o nível de impacto de cada uma, como grau de assoreamento, mudanças no curso da água e prejuízos à biodiversidade. Foram identificados 8 tipos de deposição de rejeitos ao longo da bacia, definidos a partir da espessura da camada de sedimentos e da composição do solo original.</p>	<p>https://www.renova.org.br/ 13/03/2017 Categoria “Press Releases”</p>

FONTE: Elaboração Própria

Quanto ao critério da recuperação das áreas de preservação permanente, as informações prestadas pela Fundação correspondem na maioria dos casos, ao que está sendo veiculado em canais externos, como por exemplo, a notícia de que ao todo, 511 nascentes de afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, foram recuperadas. O trabalho foi realizado por meio de uma parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Terra. A expectativa é recuperar cinco mil nascentes ao longo de 10 anos. Das 511 primeiras nascentes recuperadas, 251 estão em Minas Gerais e 260 no Espírito Santo. Outra informação disponibilizada pela Fundação, é de que pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV) irão auxiliar a Fundação Renova na definição das áreas prioritárias para as ações de Recuperação de APPs. O programa tem o objetivo de recuperar, em 10 anos, 40 mil hectares de APPs e áreas de recarga hídrica ao longo da bacia do Rio Doce. Por último, foi veiculado que as primeiras estratégias que serão usadas no manejo do rejeito depositado na Bacia do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão foram concluídas na tarde de hoje..A bacia do Rio Doce foi dividida em 14 trechos, tendo em conta o nível de impacto de cada uma, como grau de assoreamento, mudanças no curso da água e prejuízos à biodiversidade. Foram identificados 8 tipos de deposição de rejeitos ao longo da bacia, definidos a partir da espessura da camada de sedimentos e da composição do solo original.

No que diz respeito aos pontos divergentes entre as informações prestadas pela empresa e veiculadas pela mídia, se destaca que a Fundação comunicou que no começo de 2016, os níveis de contaminantes voltaram a situação anterior ao rompimento da barragem, como mostra o relatório de Março/2017 do IGAM(Instituto Mineiro de Gestão das Águas), que há 20 anos monitora a região do rio Doce, o que contrapõe o dado trazido pelo Relatório do Ibama divulgado nesta quinta-feira (26) aponta que, até o mês de agosto, 20 dos 109 afluentes do rio Doce vistoriados ainda recebiam lama de rejeitos minerais vinda do rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco.

5 CONCLUSÕES

À medida que os problemas ambientais se agravam, aumenta a preocupação da sociedade com os aspectos associados à degradação do meio ambiente (RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011) e cresce a consciência pública do papel das organizações buscarem meios/processos de mitigar os impactos causados ao meio ambiente decorrente de suas atividades (HACKSTON; MILNE, 1996). Diante desse fato, surge uma demanda por informações que contemple mais detalhes da interação das empresas com o meio ambiente, podendo ser suprida via evidenciação ambiental, que é definida por Rosa et al. (2012) como um processo pelo qual as empresas divulgam o impacto sobre o meio ambiente e uma maneira que as torna responsável perante à sociedade. O *shadow* e *silent reports* foram criados para o auxílio e o aperfeiçoamento da divulgação da informação socioambiental por parte das entidades. O primeiro usa as informações obtidas com terceiros e o segundo, informações da entidade objeto em questão, com o intuito de diminuir o gap de informações entre a organização e a sociedade que a cerca. Além de auxiliar no combate do discurso hegemônico dos relatórios socioambientais corporativos tipificados na configuração atual (Bebbington et al., 2007; dai, 2010).

Na tarde do dia cinco de novembro de 2015, ocorreu o rompimento de um dos diques da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, localizada em Mariana-MG. A mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela companhia anglo-australiana BHP Billiton, é responsável pela barragem. O rompimento acabou resultando no despejo de milhões de metros cúbicos de rejeitos ao longo do Rio Gualaxo de Baixo e em seguida no Rio Doce que se encontra a jusante, constituindo-se no maior desastre ambiental já visto no Brasil.

Ao se considerar as novas demandas dos diversos stakeholders, em torno de informações de cunho ambiental e os impactos decorrentes do acidente em Mariana(MG), se buscou fazer um estudo que teve como objetivo, a análise das informações ambientais da Fundação Renova, utilizando-se o corte temporal de Janeiro/2017 até Maio/2018, de forma a construir um modelo adaptado do *shadow* e *silent reports*, utilizando-se a metodologia “corte-e-cola” conforme Hamling *et al.* (2006) e Moreira (2012), a partir das seguintes variáveis: Qualidade da água e Recuperação das Áreas de Preservação Permanente.

Para se explicitar os impactos provocados pelo rompimento da barragem, foi utilizado no trabalho, um laudo técnico elaborado pelo IBAMA, que apresenta os impactos agudos de contexto regional, entendidos como a destruição direta de ecossistemas, prejuízos à fauna, flora e socioeconômicos, que afetaram o equilíbrio da Bacia Hidrográfica do rio Doce, com desestruturação da resiliência do sistema. As variáveis da qualidade da água, foram as que mais apresentaram pontos divergentes das informações prestadas pela empresa, o que pode ser explicado. A assimetria entre os dados encontrados neste estudo é similar ao de Moreira (2012), com relação à tendência de divulgação socioambiental de informações de caráter positivo por parte das empresas. Isso aponta para um comportamento semelhante do gestor no que tange à decisão sobre a evidenciação voluntária de aspectos socioambientais.

O presente trabalho atingiu seu objetivo de analisar as informações socioambientais divulgadas pela Fundação Renova, a partir da construção de uma proposta adaptada do *shadow* e *silent reports*. Dessa maneira, diminuindo a lacuna existente entre as informações tidas pelos stakeholders e as divulgadas pela entidade. Para a sugestão de pesquisas futuras, é proposto que seja estudado os outros fatores socioeconômicos e impactos socioambientais gerados pelo acidente de Mariana (MG) e/ou utilizem as informações divulgadas pela Samarco Mineração S.A.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, Ana Lucia. **Acidente em Mariana é o maior da História com barragens de rejeitos**. O Globo, Rio de Janeiro, 17 nov. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/acidente-em-mariana-o-maior-da-historia-com-barragens-derejeitos-18067899>>. Acesso em: 20/05/2018.
- Barros, A. J. S. e Lehfeld, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- Bebbington, J., Brown, J., Frame, B., & Thomson, I. (2007). *Theorizing engagement: the potential of a critical dialogic approach*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(3), 356-381.
- Beck, A. C., Campbell, D., & Shrives, P. J. (2010). *Content analysis in environmental reporting research: Enrichment and rehearsal of the method in a British-German context*. *The British Accounting Review*, 42(3), 207-222.
- Collison, D., Dey, C., Hannah, G., & Stevenson, L. (2010). *Anglo-American capitalism: the role and potential role of social accounting*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Dai, B. (2010). *Investigating the impacts of shadow reports on the social and environmental reports of their targeted corporations* (Master dissertation, Auckland University of Technology).
- Dey, C. (2003). *Corporate “silent” and “shadow” social accounting*. *Social and Environmental Accountability Journal*, 23(2), 6-9.
- Fiocruz, (2016). **Fiocruz e outras entidades divulgam manifesto em apoio às vítimas da tragédia provocada pela Samarco**. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/blog/fiocruz-e-mais-20-entidades-divulgammanifesto-em-apoio-as-vitimas-da-tragedia-provocada-pela-samarco/>. Acesso em: 20/05/2018.
- Hackston, David; Milne, Markus. *Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies*. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 9, n. 1, 1996. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1108/09513579610109987>
- Instituto Brasileiro do Meio e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais (2015)**. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf
- Michel, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2009.
- Minayo, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Moreira, F. N. (2016). **Sombras e Silêncio: Análise dos Relatórios Socioambientais do Setor Elétrico**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan/abr 2016.
- Moreira, F. N. (2012). **Shadow Report: A informação socioambiental à sombra do disclosure contábil no setor elétrico**. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2003). **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**.

Renova. **Notícias**. Disponível em: < <https://www.fundacaorenova.org/noticias/>> Acesso em: 20/04/2018

Renova. **Quem somos**. Disponível em: < <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>> Acesso em: 22/04/2018

Renova. **Programas**. Disponível em: < <https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>> Acesso em: 21/04/2018

Ruffing, L. (2007). *Silent vs. shadow reports: What can we learn from BP's sustainability report versus the financial times? Social and Environmental Accounting Journal*, 27(1), 9-16.

Samarco. **Rompimento do Fundão**. Disponível em: < <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>> Acesso em: 28/04/2018

Samarco. **Ações Emergenciais**. Disponível em: < <https://www.samarco.com/marcos-das-acoes-executadas/>> Acesso em: 29/04/2018

Santos (2016), R.R. **A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. *Revistas de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (GEAS)*, V.5, N°2.

Siqueira, J. R.; Costa, A.; Baumworcel, G. **Relatórios de sustentabilidade no setor petrolífero: um estudo de caso na Petrobrás**. *R. Cont. UFBA, Salvador-Ba*, v. 5, n. 2, p. 63-80, 2011.

Zikri, M. (2009). *Silent and Shadow Account of Freeport Indonesia. MSc-Business with Management*.